

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas e Diretores da
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira regulatória da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias) sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 10 de março de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	82.140	40.257
Concessionárias e permissionárias	7	18.596	15.757
Estoques		3.586	5.077
Adiantamento a fornecedores		1.020	557
Impostos a recuperar	8	10.097	11.477
Outros ativos circulantes		981	272
		116.420	73.397
Ativo não circulante			
Outros ativos não circulantes	9	16.057	13.402
Imobilizado não vinculado à concessão		2.272	1.502
Imobilizado	10	460.969	479.877
Intangível	11	7.484	6.266
		486.782	501.047
Total do ativo		603.202	574.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		644	948
Fornecedores - partes relacionadas	23	6	7
Empréstimos - partes relacionadas	13	54.423	65.251
Impostos e contribuições sociais		27.598	1.740
Taxas regulamentares	12	7.306	6.165
Dividendos propostos	15	434	-
Outros passivos circulantes		2.197	1.665
		92.608	75.776
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	13	311.446	437.942
Outras contas a pagar - partes relacionadas	23	66	77
Outras provisões - compensação ambiental		4.970	4.370
Provisão para contingências	14	13.309	13.303
Outros passivos não circulantes		4.154	3.178
		333.945	458.870
Patrimônio líquido			
Capital social		274.500	274.500
Reserva de lucros		42.943	-
Reserva legal		2.283	-
Prejuízos acumulados		(143.077)	(234.702)
	15	176.649	39.798
Total do passivo e do patrimônio líquido		603.202	574.444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	16	120.178	113.246
Custo da operação	17	<u>(29.453)</u>	<u>(28.828)</u>
Lucro bruto		90.725	84.418
Despesas gerais e administrativas	18	(12.186)	(11.489)
Outras despesas/receitas operacionais	20	<u>8.094</u>	<u>1.345</u>
Lucro antes do resultado financeiro		86.633	74.274
Resultado financeiro	21	<u>73.468</u>	<u>(186.391)</u>
Receita financeira		158.901	66.406
Despesa financeira		(85.433)	(252.797)
Resultado antes dos impostos		160.101	(112.117)
Imposto de renda e contribuição social		(22.817)	(4.182)
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		<u>137.284</u>	<u>(116.299)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	137.284	(116.299)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>137.284</u>	<u>(116.299)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro/ (prejuízo) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	274.500	8.569	12.020	(126.972)	168.117
Dividendos intermediários pagos	-	-	(12.020)	-	(12.020)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(116.299)	(116.299)
Absorção de prejuízo acumulado	-	(8.569)	-	8.569	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	274.500	-	-	(234.702)	39.798
Dividendos propostos	-	-	-	(433)	(433)
Constituição de reserva legal	-	2.283	-	(2.283)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	42.943	(42.943)	-
Lucro do exercício	-	-	-	137.284	137.284
Saldo em 31 de dezembro de 2016	274.500	2.283	42.943	(143.077)	176.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	160.101	(112.117)
Ajustes		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	(66.166)	191.499
Depreciação e amortização	19.045	18.911
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(433)
Provisão para contingências	6	91
Provisão para compensação ambiental	600	1.114
Outras provisões	977	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(2.839)	1.078
Estoques	1.491	(1.384)
Impostos a recuperar	1.380	2.099
Adiantamentos a fornecedores	(463)	57
Outros ativos	(3.364)	612
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(304)	25
Tributos e contribuições sociais	6.059	(761)
Impostos pagos	(3.019)	(4.572)
Juros pagos	(15.905)	(16.367)
Taxas regulamentares	1.140	3.060
Outros passivos	522	2.227
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	99.262	85.139
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.125)	(1.063)
Baixa de imobilizado – intangível	-	1.686
Fluxo de caixa (aplicados nas) gerado pelas atividades de investimento	(2.125)	623
Empréstimos pagos	(55.254)	(58.298)
Dividendos pagos	-	(8.624)
Dividendos intermediários	-	(12.020)
Fluxo de caixa aplicados nas atividades de financiamento	(55.254)	(78.942)
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	41.883	6.820
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.257	33.437
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	82.140	40.257

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500Kv Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais.
- (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais.
- (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal.
- (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$66.900 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R\$70.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$120.146 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 131.142 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 10 de abril de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1. Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resolução vigente veja nota explicativa 10 - Imobilizado e 11 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias.

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4.11. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo						
Ativo circulante	116.420	(132.769)	249.189	73.397	(128.052)	201.449
Caixa e equivalentes de caixa	82.140	-	82.140	40.257	-	40.257
Concessionárias e permissionárias	18.596	-	18.596	15.757	-	15.757
Adiantamentos a fornecedores	1.020	-	1.020	557	-	557
Impostos a recuperar	10.097	-	10.097	11.477	-	11.477
Estoques	3.586	-	3.586	5.077	-	5.077
Ativo financeiro amortizável	a	(132.769)	132.769	-	(128.052)	128.052
Outros ativos circulantes	981	-	981	272	-	272
Ativo não circulante	486.782	(85.025)	571.807	501.047	(67.137)	568.184
Impostos a recuperar	-	-	-	-	-	-
Ativo financeiro amortizável	a	(552.968)	552.968	-	(552.657)	552.657
Outros ativos não circulantes	16.057	-	16.057	13.402	-	13.402
Imobilizado não vinculado à concessão	2.272	-	2.272	1.502	-	1.502
Imobilizado	b	460.557	412	479.877	479.384	493
Intangível	b	7.386	98	6.266	6.136	130
	603.202	(217.794)	820.996	574.444	(195.189)	769.633

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Nota	31/12/2016			31/12/2015		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Passivo						
Passivo circulante	92.608	-	92.608	75.776	-	75.776
Fornecedores terceiros	644	-	644	948	-	948
Fornecedores partes relacionadas	6	-	6	7	-	7
Empréstimos com partes relacionadas	54.423	-	54.423	65.251	-	65.251
Tributos e contribuições sociais	27.598	-	27.598	1.740	-	1.740
Taxas regulamentares	7.306	-	7.306	6.165	-	6.165
Dividendos propostos	434	-	434	-	-	-
Outros passivos circulantes	2.197	-	2.197	1.665	-	1.665
Passivo não circulante	333.945	(74.717)	408.662	458.870	(63.998)	522.868
Empréstimos com partes relacionadas	311.446	-	311.446	437.942	-	437.942
Outras contas a pagar - partes relacionadas	66	-	66	77	-	77
Outras provisões - compensação ambiental	4.970	-	4.970	4.370	-	4.370
Provisão para contingências	13.309	-	13.309	13.303	-	13.303
Tributos diferidos	-	(74.717)	74.717	-	(63.998)	63.998
Outros passivos não circulantes	4.154	-	4.154	3.178	-	3.178
Patrimônio líquido	176.649	(143.077)	319.726	39.798	(131.191)	170.989
Capital social	274.500	-	274.500	274.500	-	274.500
Reserva de lucros	42.943	-	42.943	-	-	-
Reserva legal	2.283	-	2.283	-	-	-
Lucro (prejuízo) acumulado	(143.077)	(143.077)	-	(234.702)	(131.191)	(103.511)
	603.202	(217.794)	820.996	574.444	(195.189)	769.633

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2016			31/12/2015		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita operacional líquida	d	120.178	(5.027)	125.205	113.246	(5.286)	118.532
Custo da operação	e	(29.453)	(17.578)	(11.875)	(28.828)	(13.989)	(14.839)
Lucro bruto		90.725	(22.605)	113.330	84.418	(19.275)	103.693
Despesas gerais e administrativas		(12.186)	-	(12.186)	(11.489)	-	(11.489)
Outras receitas operacionais		8.094	-	8.094	1.345	-	1.345
Lucro antes do resultado financeiro		86.633	(22.605)	109.238	74.274	(19.275)	93.549
Resultado financeiro		73.468	-	73.468	(186.391)	-	(186.391)
Receita financeira		158.901	-	158.901	66.406	-	66.406
Despesa financeira		(85.433)	-	(85.433)	(252.797)	-	(252.797)
Lucro antes dos impostos		160.101	(22.605)	182.706	(112.117)	(19.275)	(92.842)
Imposto de renda e contribuição social	c	(22.817)	10.719	(33.536)	(4.182)	15.055	(19.237)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		137.284	(11.886)	149.170	(116.299)	(4.220)	(112.079)

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecimento como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	-	4
Bancos	1.355	572
Aplicações financeiras	80.785	39.681
	<u>82.140</u>	<u>40.257</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	15.280	14.052
Vencidas até 30 dias	753	30
Vencidas até 60 dias	741	59
Vencidas até 90 dias	39	96
Vencidas até 120 dias	30	46
Vencidas até 180 dias	1	1.474
Vencidas há mais de 180 dias	1.969	217
	<u>18.813</u>	<u>15.974</u>
(-) PCLD	(217)	(217)
	<u>18.596</u>	<u>15.757</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD no exercício 2016:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(217)	(650)
Reversão	-	433
Saldo em 31 de dezembro	<u>(217)</u>	<u>(217)</u>

8. Impostos a recuperar

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
IR sobre aplicações financeiras	1.922	1.711
IR	4.339	5.709
CSLL	2.954	3.602
Outros	882	455
	<u>10.097</u>	<u>11.477</u>

9. Outros Ativos não circulantes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reembolsos - Contingências (i)	15.849	13.212
Contas a receber partes relacionadas (nota explicativa 22)	122	122
Outros	86	68
	<u>16.057</u>	<u>13.402</u>

(i) Em 16 de maio de 2010 a SGBH celebrou contrato de compra e venda de ações (o "Contrato") para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da SMTE junto as partes vendedoras e intervenientes.

Por meio deste contrato e seus respectivos aditamentos, as vendedoras se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas acima listadas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis na nota explicativa 14.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Imobilizado

10.1. Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c))	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)-(c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo imobilizado em serviço										
Transmissão	611.674	-	-	141	-	611.815	141	(157.757)	454.058	472.631
Terrenos	401	-	-	-	-	401	-	-	401	401
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.894	-	-	-	-	5.894	-	(1.905)	3.989	4.194
Máquinas e equipamentos	604.161	-	-	102	-	604.263	102	(155.020)	449.243	467.503
Veículos	1.176	-	-	39	-	1.215	39	(806)	409	514
Móveis e utensílios	42	-	-	-	-	42	-	(26)	16	19
Administração	634	-	-	31	-	665	31	(316)	349	414
Máquinas e equipamentos	20	-	-	31	-	51	31	(22)	29	6
Veículos	614	-	-	-	-	614	-	(294)	320	408
	612.308	-	-	172	-	612.480	172	(158.073)	454.407	473.045
Ativo imobilizado em curso										
Transmissão	6.752	1.718	(1.830)	(141)	-	6.499	(253)	-	6.499	6.753
Máquinas e equipamentos	2.051	225	-	(61)	-	2.215	164	-	2.215	2.052
Outros	4.701	1.493	(1.830)	(80)	-	4.284	(417)	-	4.284	4.701
Administração	79	15	-	(31)	-	63	(16)	-	63	79
Máquinas e equipamentos	16	15	-	(31)	-	-	(16)	-	-	-
Outros	63	-	-	-	-	63	-	-	63	79
	6.831	1.733	(1.830)	(172)	-	6.562	(269)	-	6.562	6.832
Ativo imobilizado	619.139	1.733	(1.830)	-	-	619.042	(97)	(158.073)	460.969	479.877

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2016		2015
		Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Transmissão	4,91%	611.815	(157.757)	454.058
Administração	20,00%	665	(316)	349
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	2.849	(577)	2.272
		615.329	(158.650)	456.679
				474.547

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaletas	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

10.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2016

	Material e equipamentos
Edificações e benfeitorias	54
Máquinas e equipamentos	225
Material em depósito	1.432
Adiantamentos a fornecedores	6
Desenvolvimento de projetos	1
	1.718

10.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2016

Imobilizado em serviço - operacional

Descrição do bem	Grupo	Valor
Transdutores de tensão triplo	Máquinas e equipamentos	15
Espaçador amort. Fase lateral 4 CB alum	Máquinas e equipamentos	62
Servidor IBM m3 2.13GHZ 4GB	Máquinas e equipamentos	22
Modulo dual port DO	Máquinas e equipamentos	3
Cesto aéreo duplo fibra	Veículos	8
Radio controle remoto	Veículos	7
Nivelador de cesto aéreo	Veículos	21
GPS Garmin	Veículos	3

Administração

Descrição do bem	Grupo	Valor
Microcomputadores portáteis Dell Latitude 14	Máquinas e equipamentos	31

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Intangível

11.1. Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2015	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Reava- liação	Valor em 31/12/2016	Adições líquidas = (a)- (c)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2016	Valor líquido em 31/12/2015
Ativo intangível em serviço										
Transmissão	5.829	-	-	1.423	-	7.252	1.423	-	7.252	5.829
Servidões	5.829	-	-	1.423	-	7.252	1.423	-	7.252	5.829
Administração	175	-	-	-	-	175	-	(77)	98	130
Softwares	175	-	-	-	-	175	-	(77)	98	130
	6.004	-	-	1.423	-	7.427	1.423	(77)	7.350	5.959
Ativo intangível em curso										
Transmissão	307	1.250	-	(1.423)	-	134	(173)			
Servidões	172	1.250	-	(1.423)	-	-	(173)			
Softwares	135	-	-	-	-	134	-			
	307	1.250	-	(1.423)	-	134	(173)			
Ativo Intangível	6.311	1.250	-	-	-	7.561	1.250			

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%) (i)	2016		2015
		Valor bruto	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço				
Transmissão	0,00%	7.252	-	5.829
Administração	20,00%	175	(77)	130
		7.427	(77)	5.959

(i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

11.3. Principais adições do ativo intangível em 2016

Intangível - Administração	Grupo	Valor
Conjunto de serviços	Serviços	1.423

12. Taxas regulamentares

	2016	2015
Reserva global de reversão (RGR) (i)	659	532
MME	32	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	1.661	1.618
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	4.954	4.015
	7.306	6.165

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nr. 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. pagamento	Frequência da amortização	Sistemática da amortização	Garantias	Encargos	2016	2015
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2023	Semestral	20/06/2017	Semestral	SAC	n/a	Libor + 2,85% a.a.	365.869	503.193
									365.869	503.193
Circulante									54.423	65.251
Não circulante									311.446	437.942
									365.869	503.193

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.
No exercício de 2016 a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros)

	<u>Amortização</u>
2018	54.078
2019	54.078
2020	54.078
2021 - 2025	149.212
	311.446

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fiscal	10.712	10.712
Cível	2.500	2.591
Trabalhista	97	-
	<u>13.309</u>	<u>13.303</u>

Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Administrativo	463	-
Fiscal	3.820	17.201
Trabalhista	-	30
Cível	188	10.000
	<u>4.471</u>	<u>27.231</u>

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$274.500, dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
(Prejuízo) /lucro líquido do exercício	137.284	(112.079)
Reserva legal (5%)	2.283	-
Base de cálculo para os dividendos	<u>43.376</u>	<u>-</u>
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>434</u>	<u>-</u>

Em 20 de agosto de 2015 foram declarados dividendos intermediários no valor de R\$12.020 através de ata do Conselho de Administração. Esse valor foi pago em 04 de setembro de 2015.

16. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional bruta	<u>147.462</u>	<u>139.651</u>
Receita quota CDE	2.488	2.959
Receita quota Proinfa	7.066	4.754
Receita rateio de antecipação	7.286	8.520
Receita de encargos de transmissão	114.166	104.698
Recuperação de PIS e Cofins	12.780	12.228
Receita rede de fronteira	9.586	8.903
Receita de CCT	3.893	3.708
Parcela ajuste do ciclo anterior	(9.583)	(3.102)
Indisponibilidade de equipamentos	(220)	(3.017)
Deduções da receita operacional	<u>(27.284)</u>	<u>(26.405)</u>
PIS	(2.433)	(2.304)
COFINS	(11.207)	(10.613)
ISS	(12)	-
P&D	(1.180)	(1.300)
RGR	(3.687)	(3.491)
CDE	(1.888)	(4.764)
TFSEE	(535)	(303)
Quota Proinfa	(6.342)	(3.630)
	<u>120.178</u>	<u>113.246</u>

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(5.402)	(4.648)
Material	(941)	(746)
Serviços de terceiros	(1.824)	(2.102)
Arrendamentos e aluguéis	(36)	(143)
Seguros	(147)	(154)
Perdas na alienação de bens e direitos	15	-
Tributos	(81)	(164)
Depreciação	(18.714)	(18.677)
Gastos Diversos	(2.323)	(2.194)
	<u>(29.453)</u>	<u>(28.828)</u>

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(5.001)	(4.191)
Administradores	(1.931)	(1.631)
Material	(30)	(33)
Serviços de terceiros (i)	(575)	(1.230)
Arrendamentos e aluguéis	(86)	(124)
Provisão/reversão	(625)	11
Doações	(944)	-
Tributos (ii)	(44)	(3.869)
Depreciação e amortização	(128)	(83)
Outras (iii)	(2.822)	(339)
	<u>(12.186)</u>	<u>(11.489)</u>

(i) Aumento dos serviços de terceiros devido despesa de consultoria e assessoria no valor de R\$ 883 em 2015 e R\$ 247 em 2016.

(ii) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$ 3.797 em 2015 referente a PIS e COFINS, visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

(iii) A Administração da Companhia aprovou em 2016 a baixa de R\$ 2.196 ref. impostos a recuperar prescritos.

19. Despesa de pessoal

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal - operação		
Remuneração	(3.576)	(3.044)
Encargos	(1.092)	(999)
Benefícios	(724)	(602)
Outros	(9)	(3)
	<u>(5.402)</u>	<u>(4.648)</u>
Pessoal - administração		
Remuneração	(2.680)	(2.414)
Encargos	(1.160)	(977)
Benefícios	(511)	(380)
Administradores	(1.931)	(1.631)
Outros	(650)	(420)
	<u>(6.932)</u>	<u>(5.822)</u>
	<u>(12.333)</u>	<u>(10.470)</u>

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Outras (despesas)/receitas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas da prestação de serviços	11.051	1.702
Tributos sobre a receita	(1.228)	(205)
Pessoal	(1.392)	-
Depreciação	(203)	(152)
Outras despesas	(134)	-
	<u>8.094</u>	<u>1.345</u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

21. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita financeira	<u>158.901</u>	<u>66.406</u>
Receitas de aplicações financeiras	9.324	6.746
Variações cambiais ativas	149.969	59.813
Outras receitas financeiras	(392)	(153)
Despesa financeira	<u>(85.433)</u>	<u>(252.797)</u>
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(83.803)	(251.312)
Outras despesas financeiras	(1.630)	(1.485)
	<u>73.468</u>	<u>(186.391)</u>

22. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	82.140	40.257
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Adiantamentos a fornecedores		1.020	557
Concessionárias e permissionárias	7	18.596	15.757
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Empréstimos - partes relacionadas	13	365.869	503.193
Fornecedores - terceiros		644	948
Fornecedores - partes relacionadas	23	6	7

22.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	<u>31/12/2016</u>	<u>-5%</u>	<u>5%</u>
Empréstimos	365.869	(16.655)	(17.488)

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores partes relacionadas (i)	6	7
Contas a pagar - partes relacionadas	66	77
Empréstimos	365.869	503.193

Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

23.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Resultado		
Despesa de aluguel (i)	(86)	(61)
Despesas de juros de empréstimos	(16.329)	(15.379)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Gestão de capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	1.541.033	983.877
Seguro patrimonial	Risco operacional	217.314.776	217.314.776
Veículos	Carros	94.665	104.186
		<u>218.950.474</u>	<u>218.402.839</u>